
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA AMÉRICA LATINA: AS MULHERES EMBERA-CHAMÍ E SHIPIBO-CONIBO

FEMALE GENITAL MUTILATION IN LATIN AMERICA: WOMEN EMBERA-CHAMÍ AND SHIPIBO-CONIBO

LARISSA TOMAZONI¹

LAURA JANE RIBEIRO GARBINI BOTH²

Resumo

O presente artigo trata da prática cultural da mutilação genital feminina na América Latina. Busca dar visibilidade ao tema que ainda é pouco estudado pelo Direito e pouco conhecido, especialmente sobre sua existência no continente Latino Americano. O trabalho aborda a prática da mutilação genital feminina em caráter global, apontando a prevalência, enquadramento étnico, procedimento e implicações físicas e psicológicas. Na sequência, serão analisados dois grupos étnicos: os *Shipibo Conibo* do Peru e os *Emberá Chamí* da Colômbia. Demonstraremos as principais especificidades de cada grupo e as relações de poder que dão causa a prática. A pesquisa utiliza bibliografia interdisciplinar sobre o tema, além de dados das Nações Unidas e da Anistia Internacional e notícias veiculadas sobre a referida prática cultural.

Palavras-chave

Mutilação Genital Feminina, América Latina, Gênero, Poder.



¹ Mestranda em Direito pelo Uninter, Advogada, pós graduanda em Gênero e Sexualidade, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil, pesquisadora do Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL/UFPR) e do Grupo de estudos Jurisdição Constitucional Comparada: método, modelos e diálogos (Uninter). E-mail: lrtomazoni@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Pesquisadora Permanente do Mestrado no PPGD (Programa de Pós-Graduação em Direito) do Centro Universitário UniBrasil em Curitiba/PR. E-mail: laura.both@unibrasil.com.br.

Abstract

This article deals with the cultural practice of female genital mutilation in Latin America. Search visibility to the theme that is still little studied law and little known, especially about your existence on the Latin American continent. The work discusses the practice of female genital mutilation in global character, pointing the prevalence, ethnic framework procedure and physical and psychological implications. As a result, two ethnic groups will be analyzed: the *Shipibo* and *Conibo* people of Peru the *Emberá Chamí* of Colombia. We will demonstrate the main specificities of each group and the power relations that give cause to practice. The research uses interdisciplinary bibliography on the topic, in addition to data of the United Nations and the Amnesty International and news reports about such cultural practice.

Keywords

Female Genital Mutilation, Latin America, Gender, Power.

1. Introdução

Os direitos humanos passaram por um longo processo de afirmação histórica. Entretanto, os direitos esbarram em questões culturais, e ainda hoje algumas práticas que constituem violações aos direitos humanos ocorrem em diversas partes do mundo. A mutilação genital é uma prática presente em aproximadamente 30 países.

A mutilação genital feminina inclui todas as intervenções que envolvam a lesão dos órgãos genitais femininos por razões não médicas. A prática já foi registrada em países do continente africano, Ásia e Oriente Médio, entretanto, o que se pensava estar restrito à África e Ásia foi encontrado em 2007, na Colômbia. O Peru e a Colômbia são até o presente momento, os únicos países da América Latina em que se verificou registro dessa prática.

O trabalho descreve a prática da mutilação genital feminina e seus aspectos gerais, como a prevalência, enquadramento étnico, procedimento e implicações físicas e psicológicas decorrentes do ato. Serão analisados dois grupos étnicos específicos do Peru e da Colômbia, e as justificativas de cada grupo e suas principais especificidades. O questionamento central desta pesquisa é quais são as características que a mutilação genital feminina apresenta na América Latina? Trata-se de pesquisa bibliográfica de abordagem teórica qualitativa. As fontes de consulta utilizadas foram textos acadêmicos, livros, entrevistas e reportagens em sites especializados bem como a legislação internacional.

2. A Mutilação Genital Feminina no Mundo

A mutilação genital feminina (representada pela sigla MGF, em inglês *female genital mutilation* FGM, em espanhol *ablacion genital femenina* AGF) inclui todas as intervenções, que envolvam a lesão ou remoção total ou parcial dos órgãos genitais femininos externos, por razões não médicas. A OMS classifica a MGF em quatro categorias: tipo I: clitoridectomia é a remoção parcial ou total do clitóris; tipo II: remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios (excisão); tipo III: estreitamento do orifício vaginal com a criação de uma membrana selante através do corte e aposição dos pequenos e/ou grandes lábios, com ou sem excisão do clitóris (infibulação); tipo IV que inclui todas as outras intervenções nos genitais femininos por razões não médicas (punção, incisão, escarificação, cauterização).³

³ **ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta** OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. Disponível em: <<http://www.who.int/portuguese/publications/mutilacao.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2017. A punção é um tipo de intervenção em que a pele é perfurada por objetos contundentes, apesar de haver possibilidade de sangramento não são removidos os tecidos. É descrita em alguns países como forma tradicional de MGF, mas há debate intenso sobre o tema, pois, alguns investigadores argumentam que deveria ser excluído da classificação devido a dificuldade em comprovar se existem alterações anatômicas e por ser significativamente menos nociva do que as outras modalidades. Outros argumentam que deve ser mantida,

A mutilação genital feminina é realizada em meninas entre 2 a 15 anos de idade, dependendo da região. A prevalência e o tipo de procedimento tem como fator determinante o enquadramento étnico. Em alguns países tem predominância de 90%, mas estas práticas podem acontecer em qualquer idade e cada vez mais em bebês, sob o pretexto de que são insensíveis à dor.⁴ O procedimento é comum em 30 países africanos, com costumes que diferem de uma região para outra.⁵

Segundo a OMS, cerca de 200 milhões de mulheres e meninas foram submetidas à MGF⁶; cerca de 3 milhões estão em risco todos os anos, além disso, uma resolução adotada pelo Parlamento Europeu afirma que cerca de 500.000 mulheres e meninas, que vivem na Europa, foram submetidas ao procedimento.⁷

porque permite a documentação de modalidades menos severas e também para assegurar que não é usada para a camuflagem de práticas mais extensas e danosas, pois existem indícios que se trata apenas de uma mudança terminológica e não efetivamente uma mudança no corte. O alongamento está documentado em algumas regiões da África, normalmente em sociedades matriarcais, onde meninas pré-púberes são ensinadas a alongar seus lábios vaginais utilizando óleos e ervas durante alguns meses, algumas continuam com a prática mesmo após darem à luz. Os lábios alongados servem como uma proteção para a vagina e uma forma de intensificar o prazer sexual feminino e masculino. Os resultados são dor e laceração mas não se encontram consequências a longo prazo. Está documentada como MGF por constituir uma convenção social e por existir pressão social para que as meninas modifiquem seus órgãos genitais. A cauterização é a destruição do tecido por meio de queimadura com um ferro quente, é descrita como remédio para diversos problemas de saúde, contudo, as informações sobre essa modalidade são escassas. A incisão dos órgãos genitais externos, denominados como “cortes gishiri” e “cortes angurya” são oriundos de regiões da Nigéria e difere da maioria dos tipos de mutilação genital feminina por não ser uma intervenção de rotina, mas um ritual tradicional ligado ao parto. Geralmente são feitos no interior da parede vaginal em casos de parto obstruído, pode implicar em graves riscos para a saúde, como hemorragia, dor e fistulas.

⁴ SOW, Fatou. **As mutilações genitais femininas: estado atual na África**. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys5/textoscondensados/sowbr.htm>> Acesso em: 15 abr. 2017.

⁵ United Nations Children's Fund. **Novo relatório estatístico sobre mutilação genital feminina revela que a prática nefasta é uma preocupação à escala global- UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.pt/18/site_pr_unicef-mgf_e_uma_preocupacao_a_escala_global_2016-2-4.pdf> Acesso em: 20 abr. 2017. O procedimento é comum em 28 países africanos, com costumes que diferem de uma região para outra. No oeste da África, a ablação do clitóris (tipo I) é a mais praticada. A infibulação (tipo III) é mais comum em países como Egito, Benin, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Eritreia, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo e Uganda. Outros países como o Iêmen, a Indonésia, a Malásia, e outros, do subcontinente indiano têm igualmente estas práticas.

⁶ Idem.

⁷ **FIM à Mutilação Genital Feminina: uma estratégia para as instituições da União Europeia**. Disponível em: <http://www.endfgm.eu/content/assets/ENDFGM_summary_PORTUGUESE.pdf> Acesso em: 07 mar. 2017. Sobre a prevalência da mutilação genital feminina, segundo dados da Anistia Internacional, o Benin tem prevalência entre 30% e 50%, Burkina Faso de 78% Camarões de 15%, República Central Africana de 35%, Chade de 40%, Costa do Marfim de 44.5%. No Djibuti a prevalência estimada é de 90% a 98%, Eritreia de 95%, Etiópia entre 73% e 90%, Gâmbia entre 60% e 90%, Gana de 20%. Guiné e Guiné Bissau a prevalência de 60% e 45% respectivamente. No Quênia a prevalência é de 38%, na Libéria de 55%, no Mali entre 15% e 20%, Mauritânia de 55%, Níger de 11%, Nigéria de 60%, Senegal entre 15% e 20%. Em Serra Leoa prevalência entre 80% e 90%, na Somália de 99% e no Sudão de 90%, Tanzânia de 18%, Togo 12% e Uganda 20%. In: **MUTILAÇÃO Genital Feminina - Perguntas Frequentes**. Disponível em: <http://www.amnistiainternacional.pt/index.php?option=com_content&id=48:mutilacao-genital-feminina-perguntasfrequentes&Itemid=73> Acesso em: 10 ago. 2017.

A expressão “mutilação genital feminina” ganhou força no final da década de 1970 e estabelece a distinção linguística da circuncisão masculina para enfatizar a gravidade do ato e reforçar o fato da prática constituir uma grave violação aos direitos humanos das meninas e mulheres. É um termo de nível político e pode ser usado de forma não valorativa para o trabalho com as comunidades praticantes.⁸ Algumas ativistas africanas recusam o conceito de “circuncisão feminina”, em nome do respeito a integridade de seus corpos e de sua sexualidade e fecundidade. Argumentam que o controle dos corpos das mulheres existe em todas as culturas, inclusive as ocidentais e que, por outro lado, as mutilações não são específicas à África, mas existem também no Oriente Médio.⁹

A mutilação genital feminina é uma manifestação de desigualdades de gênero que estão profundamente enraizadas em estruturas de ordem política, econômica e social. A prática representa uma forma de controle social além de perpetuar papéis de gênero que são prejudiciais às mulheres. A análise dos dados internacionais de saúde expõe a relação próxima entre a capacidade das mulheres exercerem controle sobre as suas vidas e a convicção de que a mutilação genital feminina deve ser extinta. Nos locais onde é praticada de forma generalizada, é apoiada tanto por homens quanto por mulheres, geralmente de forma acrítica, e os seus opositores podem estar sujeitos à condenação e desonra, à perseguição e ao ostracismo.¹⁰

Como se trata de uma convenção social acompanhada por recompensas e punições que constituem uma poderosa força motriz para a continuação da prática. Devido ao seu caráter tradicional, torna-se difícil para as famílias abandonar a prática sem suporte da comunidade, pois mesmo havendo a consciência do dano causado às meninas, entende-se que os supostos ganhos sociais são mais elevados que as desvantagens.¹¹

Em algumas culturas a MGF esta associada a um ritual de passagem, é considerada necessária para a correta educação das meninas na preparação para o casamento e para que as jovens se tornem adultas e membros responsáveis da sociedade, além de manter as jovens “limpas” e belas. A remoção das partes genitais, especialmente o clitóris, é entendida como a eliminação das partes “masculinas”. Existe a crença de que assegura e preserva a virgindade das meninas e mulheres, pois, reprime o desejo sexual garantindo fidelidade e prevenindo o comportamento sexual considerado desviante e imoral para o grupo.

Outro motivo ocasionalmente apontado por mulheres para justificar a realização do procedimento, é de que a mutilação aumenta o prazer sexual masculino e constitui um requisito necessário a uma esposa “adequada”, pois, há uma expectativa que os homens casem apenas com mulheres que tenham sido

⁸ *ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina. Op.cit.*

⁹ SOW, Fatou. *Op.cit.*

¹⁰ *ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina. Op.cit.*

¹¹ *Idem.*

submetidas à prática. O desejo de um casamento segundo os trâmites instituídos, frequentemente um fator essencial na segurança econômica e social, bem como a satisfação de ideais de feminilidade, é o que permite a continuidade da prática.¹²

As meninas “aceitam” ser submetidas a intervenção por conta da pressão social a que estão sujeitas e pelo medo da estigmatização e rejeição da comunidade da qual fazem parte, pois, em algumas culturas, tornou-se uma parte importante da identidade cultural dessas mulheres, transmitindo a elas um sentimento de maturidade e integração na comunidade.¹³

A senegalesa Khady Koita, em sua autobiografia “Mutilada”, relata as memórias de sua experiência aos sete anos de idade. Khady conta que duas mulheres a levaram para o quarto e a imobilizaram segurando seus ombros e joelhos, com as pernas afastadas. A mulher encarregada da operação dispõe de uma lâmina de barbear por menina, que as mães compram para a ocasião. A mulher puxa ao máximo o clitóris da menina e serra o pedaço de carne com a lâmina. Durante o procedimento, corta, apara e puxa o pedaço de carne para se certificar que retirou tudo. Ao final acrescenta um produto de fabricação própria que contém manteiga de karité com fuligem preta para evitar infecções.¹⁴ Khady afirma que é uma dor inexplicável, como nenhuma outra. Hoje luta pela erradicação da prática na presidência da rede europeia de prevenção às mutilações genitais femininas (Euronet- FGM).

A autora Ayaan Hirsi Ali, em sua autobiografia, *Infiel*, descreve, com riqueza de detalhes, o processo e os efeitos da mutilação ao qual foi submetida aos cinco anos de idade. Na Somália, país de origem de Ayaan, como em muitos outros países africanos e do Oriente Médio, as meninas são “purificadas”

¹² *Idem.*

¹³ *Idem.*

¹⁴ KOITA, Khady. **Mutilada.** Disponível em: <<https://topicosorientemedio.files.wordpress.com/2011/05/khady-mutilada-pdfrev.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2017. “Ela puxa com os dedos, o mais possível, o minúsculo pedaço de carne e corta como se cortasse um pedaço de carne de zebu. Infelizmente, é impossível para ela fazê-lo com um único gesto. Ela é obrigada a serrar. (...) Com os olhos fechados, não quero ver, não posso ver o que esta mulher está mutilando. O sangue esguichou no rosto dela. É uma dor inexplicável, que não se parece com nenhuma outra. Como se me amarrassem as tripas. Como se houvesse um martelo no interior da minha cabeça. Em poucos minutos, não sinto mais a dor num lugar preciso, mas em todo o corpo, de repente habitado por um rato esfaimado, ou um exército de formigas. A dor está inteira da cabeça aos pés, passando pela barriga. Eu ia desmaiar quando uma das mulheres me aspergiu água fria para lavar o sangue que havia espirrado no meu rosto, e me impediu de perder a consciência. Nesse exato momento, eu pensei que ia morrer, que já estava morta. Não sentia mais realmente meu corpo, apenas aquela pavorosa crispação de todos os nervos dentro de mim e minha cabeça que ia explodir. Durante uns bons cinco minutos, essa mulher cortou, aparou, puxou e recomeçou para ter certeza de que retirara mesmo tudo, e eu escuto, como uma ladainha longínqua: — Acalme-se, está quase acabando, você é uma menina corajosa... Acalme-se... Não se mexa! Quanto mais você se mexer, mais vai doer...Depois que acabou de aparar, ela enxugou o sangue que corria em abundância com um pedaço de pano mergulhado em água morna. Disseram-me mais tarde que ela acrescentava um produto de sua fabricação; desinfetante, eu suponho. Em seguida, aplicou manteiga de karité misturada com fuligem preta, para evitar as infecções, mas durante a operação ela não explicou nada. Quando acabou: — Levante-se agora! Elas me ajudam, pois eu sinto que, a partir dos rins até o final das pernas, há um vazio e eu não consigo me manter de pé. Consciente da dor na minha cabeça, onde o martelo bate furiosamente, e mais nada nas pernas. Meu corpo foi cortado em dois.”

mediante a ablação da genitália. Relata que, geralmente toda região é costurada de modo a formar uma grossa faixa de tecido, um cinto de castidade feito da própria carne da criança. Um pequeno orifício no lugar adequado permite um fino fluxo de urina. Só com muita força e possível alargar o tecido cicatrizado para o coito.¹⁵

Na maioria dos casos “os principais perpetradores são pais, mães ou outros familiares próximos, que solicitam a excisadoras (mulheres que de acordo com a tradição executam a MGF) ou profissionais médicos a realização da MGF”.¹⁶ A opção de não mutilar é muitas vezes recebida com forte oposição da comunidade, pois a MGF é uma tradição profundamente enraizada nas estruturas sociais, e, dessa forma, o fim da prática exige uma escolha coletiva da comunidade, para que as meninas que permanecem não mutiladas e as suas famílias não sejam envergonhadas e excluídas.¹⁷ É necessário reconhecer a pressão social que as mulheres sofrem para agir em conformidade com a tradição.

¹⁵ ALI, Ayaan Hirsi. **Infidel**: a mulher que desafiou o Islã. Disponível em: < <https://sociologiananet.files.wordpress.com/2011/01/infidel.pdf> > Acesso em: 14. abr. 2017. “(...) As garotas incircuncisas estão fadadas a ser possuídas pelo diabo, a se entregar ao vício e a perdição, a se prostituir. Os imames não desestimulam essa prática: conserva a pureza das mulheres. Muitas morrem durante ou depois da operação, de infecção. Outras complicações causam dores horríveis que as acompanham praticamente o resto da vida. (...) Meu pai estava preso e minha mãe passava longos períodos ausente, mas vovó se encarregou de garantir que as velhas tradições fossem observadas a maneira antiga. Depois de tomar todas as providências, ela se mostrou alegre e simpática durante uma semana inteira. (...) Fui a seguinte. Fazendo um gesto amplo, vovó disse: "Quando esse kintir comprido for retirado, você e a sua irmã ficarão puras". Pelas palavras e gestos dela, conclui que aquele abominável kintir, o meu clitóris, acabaria crescendo tanto que um dia começaria a balançar entre as minhas pernas. Ela agarrou o meu tronco do mesmo modo que tinha prendido Mahad. Duas outras mulheres abriram as minhas pernas. O homem, que provavelmente era um "circuncidador" itinerante tradicional do clã dos ferreiros, pegou a tesoura. Com a outra mão, segurou o lugar entre as minhas pernas e começou a puxá-lo e espreme-lo, como quando vovó ordenava uma cabra. "Ai", disse uma das mulheres, "ai está o kintir". Então o homem aproximou a tesoura e começou a cortar os meus pequenos lábios e o meu clitóris. Ouvi o barulho, feito o de um açougueiro ao tirar a gordura de um pedaço de carne. Uma dor aguda se espalhou no meu sexo, uma dor indescritível, e soltei um berro. Então veio a sutura, a agulha comprida, rombuda, a transpassar canhestamente os meus grandes lábios ensanguentados, os meus gritos desesperados de protesto, as palavras de conforto e encorajamento de vovó: "É só uma vez na vida, Ayaan. Seja corajosa, está quase acabando". Ao terminar a costura, o homem cortou a linha com os dentes. É só disso que me lembro. (...) Devo ter adormecido, pois só muito mais tarde foi que me dei conta de que estava com as pernas amarradas. Era para me impedir de andar para facilitar a cicatrização. Já tinha escurecido e a minha bexiga estava a ponto de estourar, mas doía muito urinar. A dor aguda continuava, e as minhas pernas estavam cobertas de sangue. Eu suava e tremia. Só no dia seguinte minha avó conseguiu me convencer a fazer Xixi, pelo menos um pouco. Aquela altura, tudo doía. Quando eu ficava imóvel, os cortes latejavam horrivelmente, mas, quando ia urinar, sentia as pontadas tão agudas como se estivessem me cortando outra vez. Levei uns quinze dias para me recuperar. Vovó cuidava muito de nós, subitamente gentil e atenciosa. Reagia a cada grito de dor, a cada gemido, mesmo durante a noite. Após cada sofrida urinação, lavava delicadamente nossas feridas com água morna e nelas passava um líquido vermelho. Depois tornava a nos atar as pernas e nos mandava ficar totalmente imóveis, do contrário as feridas podiam se abrir, e então seria preciso chamar o homem outra vez para nos costurar. Uma semana depois, o homem foi nos examinar.”

¹⁶ **FIM à Mutilação Genital Feminina**. Op.cit.

¹⁷ Idem. “Inúmeros de casos são decididos contra a vontade dos genitores, por um dos cônjuges, pela avó ou qualquer autoridade moral na família ou do grupo. A prática também atinge as adultas, sob a pressão social. Mulheres, que haviam escapado mais cedo, deixam-se excisar um pouco antes do casamento, às vezes, na noite de núpcias ou, ainda, no momento do parto, pelo fato da mutilação fazer parte da cultura do marido.” In: SOW, Fatou. *Op.cit.*

Há uma estreita ligação entre a prática da MGF e a negação do direito à saúde.¹⁸ Estudos desenvolvidos pela OMS através do Grupo de Estudo sobre a Mutilação Genital Feminina e Prognóstico Obstétrico comprovaram, a partir do estudo realizado com 28 mil mulheres, que aquelas que sofreram mutilação genital tem os riscos e complicações durante o parto aumentados significativamente, registrou-se um maior número de cesarianas e hemorragias pós-parto. Concluiu-se que a mutilação das mães tem efeitos negativos nos recém-nascidos, sendo a taxa de mortalidade dos bebês, durante ou após o parto 15% mais elevada para as mães com mutilação do tipo I, 32% para o tipo II e 55% para o tipo III.¹⁹

A alteração dos tecidos genitais saudáveis sem a necessidade médica pode trazer graves consequências na saúde física e mental da mulher. A gravidade dos riscos psicológicos e psicossociais pode variar com extensão física da remoção do tecido com a idade e condição social. A maioria das meninas e mulheres submetidas à mutilação genital sofre com dores e hemorragias como consequência do ato. O próprio procedimento é traumático, e frequentemente após a infibulação elas têm suas pernas atadas durante vários dias para facilitar a cicatrização.²⁰

Os tipos I, II e III causam complicações e riscos imediatos para a saúde, como dor intensa, devido ao corte de terminações nervosas e do tecido delicado, que causam dor extremamente forte, seja no momento do corte ou no período de recuperação, pois, raramente são usadas anestésias adequadas, e quando o são, normalmente são ineficazes. O tipo III é o mais invasivo, chega a demorar até 20 minutos, por consequência, a dor e o período de recuperação são maiores. Também há risco de choque hipovolêmico que é causado pela dor intensa e pela perda de grandes quantidades de sangue (hemorragia, sangramento excessivo) além do choque séptico, que é uma infecção generalizada em decorrência de fungos, vírus ou bactérias que entram na corrente sanguínea, as infecções podem ocorrer pelo uso de utensílios contaminados e sem a devida esterilização, que aumenta o risco de transmissão do vírus HIV. Dificuldades na eliminação de urina, fezes e menstruação por conta de dor, edema ou inchaço decorrente do quase fechamento do canal vaginal, aderência não intencional dos lábios vaginais o que pode causar a mutilação genital repetida, devido a má cicatrização.²¹

São riscos imediatos e de longo prazo decorrentes dos tipos I, II e III as dores e infecções, queloides, infertilidade. A remoção ou lesão do tecido genital pode afetar a sensibilidade sexual e conduzir a problemas como a diminuição do prazer e dor durante as relações sexuais. Sequelas de nível psicológico também podem ocorrer, como o medo das relações sexuais, síndrome de estresse pós-traumático, memórias traumáticas associadas à intervenção, depressão, ansiedade

¹⁸ Idem.

¹⁹ *ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina. Op.cit.*

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

e perda da memória. Podem ocorrer complicações no parto como o risco de dilaceração, demora e obstrução, além dos riscos para o recém nascido, que nesses casos tem maiores chances de vir a óbito.²²

A prática encontra respaldo nas crenças religiosas, seja por cristãos, muçulmanos ou judeus. Apesar de não estar escrito em nenhum dos textos sagrados, o posicionamento dos líderes religiosos é variado. Há aqueles que defendem e consideraram a MGF como um ato religioso, e a conseqüente tentativa de eliminá-la é uma ameaça à cultura e a religião. Por outro lado, há líderes religiosos que apoiam e participam das ações orientadas à sua eliminação.²³

O direito à participação cultural e a liberdade religiosa são protegidos por legislação internacional, contudo, essa manifestação pode estar sujeita a limitações para proteger os direitos humanos, sendo assim, razões de ordem social e cultural não podem ser evocadas em defesa da mutilação genital feminina.²⁴ A prática está reconhecida como discriminação com base no gênero porque se fundamenta em desigualdades e desequilíbrios de poder entre os sexos que e inibem as mulheres do uso e exercício completo dos direitos humanos. É uma forma de violência com conseqüências físicas e psicológicas que priva as meninas e mulheres de decidirem de forma independente e informada sobre uma intervenção que tem efeito prolongado nos seus corpos e que afeta a autonomia e controle individual sobre as suas vidas.²⁵

Devido ao aspecto tradicional do procedimento, algumas organizações, como a Anistia Internacional, defendem a sua substituição por uma cerimônia simbólica. Em vez de ignorar a tradição que faz parte da mutilação, isso ajudaria a redefinir o rito para uma cerimônia que promova os valores tradicionais positivos removendo os perigos de dano físico e psicológico que são atrelados à prática.

Sob a luz dos marcos normativos internacionais, a mutilação genital feminina que recai sobre as meninas incapazes de dar o seu consentimento autônomo e informado, viola uma série de direitos humanos. Os mais óbvios são o direito à saúde e à integridade pessoal, devido às varias complicações geradas

²² *Idem.*

²³ **EL PROYECTO Embera Wera:** una experiencia de cambio cultural para la eliminación de la ablación genital femenina y la promoción de los derechos de mujeres Embera de los municipios de Mistrató y Pueblo Rico del departamento de Risaralda. Disponível em: < http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/EGM12_joint_project.pdf > Acesso em: 11 abr. 2017.

²⁴ **ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina.** *Op.cit.*

²⁵ *Idem.* O reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos deve ser oficialmente reivindicado para esses e outros casos. Os direitos sexuais significam realidades básicas, como o direito de não ser discriminadas em função de seu sexo, o direito de não ser casada e não ter gravidez precoce, de não ser violada, não herdar a metade do que herda seu irmão ou de ser objeto de herança por ocasião da morte do esposo. O direito de dispor de seu corpo, de controlar sua sexualidade deve se estender a todo indivíduo. In: SOW, Fatou. *Op.cit.*

pelo procedimento, principalmente quando é realizado por pessoas sem conhecimento médico.²⁶

Em 2007, a comunidade internacional voltou sua atenção para a notícia de que havia relatos de MGF no continente latino-americano. A Colômbia entrou no mapa da mutilação, e também há registros da prática na Amazônia Peruana.

3. O caso da América Latina: as mulheres Embera-Chamí e Shipibo Conibo

Há registros de mutilação genital feminina em alguns grupos étnicos da América Latina, contudo, sua existência é pouco conhecida e menos estudada. Prova disso é a literatura escassa e falta de informações e dados estatísticos. O que se pretende a seguir é fazer um compilado básico de informações sobre a prática na América Latina. Para tanto, a abordagem será a partir dos aspectos, relatos e percepções dos referidos grupos étnicos. Para isso, elege-se o caso da Colômbia e do Peru, que são, até então os únicos casos apontados no continente.

²⁶ A Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, adotada em 1993, conceituou no artigo 2º as diversas formas de violência contra as mulheres abrange, embora não se limite aos mesmos, a violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração. A violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra. In: **Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres**. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm> Acesso em: 20 jul. 2017.

Outro marco importante para a proteção dos direitos humanos das mulheres foi a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim, no ano de 1995 tinha como objetivo central preparar uma Plataforma de Ação para o final do século e tinha como subtemas “igualdade, desenvolvimento e paz”. Como as três conferências precedentes sobre a temática, também reafirmou o compromisso com os direitos humanos das mulheres, dando continuidade à agenda global para o progresso e fortalecimento da condição feminina no mundo. Como resultado dos trabalhos da Conferência, foi produzida a Plataforma de Ação e a Declaração de Beijing. O parágrafo 277 dispõe que os governos e organizações internacionais e não governamentais, devem adotar medidas e elaborar políticas e programas destinados a educar mulheres e homens, especialmente os pais, sobre a importância da saúde física e mental das meninas e o seu bem-estar, e sobre a necessidade de eliminar a discriminação contra meninas e a mutilação genital feminina. Conforme o parágrafo 107, os governos, organizações não governamentais, os meios de informação, o setor privado, as organizações internacionais e inclusive os órgãos das Nações Unidas, devem alcançar o respeito mútuo em assuntos relativos à sexualidade e fertilidade e educar os homens no tocante à importância da saúde e do bem-estar das mulheres, realçando especialmente os programas, tanto para homens como para mulheres, que enfatizam a eliminação de práticas e atitudes nocivas e reconhecer que algumas dessas práticas podem constituir violações dos direitos humanos e dos princípios éticos médicos. A plataforma considera que a emancipação da mulher é uma condição básica para existência da justiça social, e não deve ser encarada como um problema apenas das mulheres, mas um dever de toda a sociedade. In: TOMAZONI, Larissa Ribeiro; GOMES, Eduardo Biacchi. **Afirmção histórica dos direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/847>> Acesso em: 16 jul. 2017.

Nas sociedades em que se realizava, tradicionalmente era chamada de "circuncisão feminina". No entanto, essa designação pode criar confusões relacionadas com a circuncisão masculina em que o prepúcio é removido do órgão genital e que tem um potencial de benefício para a saúde (proteção contra a infecção HIV) além de ter pouco risco de danos. Ao contrário, a circuncisão feminina não fornece qualquer benefício para a saúde da mulher, além de trazer consequências físicas e sociais graves é uma manifestação da desigualdade de gênero.²⁷

A expressão “mutilação genital feminina” ganhou força no final da década de 1970 e estabelece uma distinção linguística da circuncisão masculina e enfatiza a gravidade do ato e reforça o fato de a prática constituir uma grave violação aos direitos humanos das meninas e mulheres, além de ser um termo político, pode ser usado de forma não valorativa para o trabalho com as comunidades praticantes.²⁸

Também há diferenças de como esses procedimentos constroem e afirmam os papéis de gênero instituídos para homens e mulheres. No caso dos homens, a circuncisão reafirma sua masculinidade, o seu status social superior e suas associações com a virilidade, enquanto um dos propósitos da AGF (ablación genital femenina) é fortalecer o papel passivo das meninas e mulheres confinando-as socialmente e restringir os seus desejos sexuais.²⁹

No entanto, a nível local e dentro das comunidades que praticam, o termo “mutilação” pode ser problemático. Pois, os pais e mães se ressentem ante a insinuação de que estão mutilando suas filhas, e pode ainda ofender as mulheres que se submeteram ao procedimento, que geralmente não se consideram mutiladas tampouco consideraram as suas famílias “mutiladoras”. Em 1999, o relator Especial das Nações Unidas sobre Práticas Tradicionais recomendou ter tato e evitar processos e termos que venham a demonizar certas culturas, religiões e comunidades que utilizam estas práticas.³⁰

Dessa forma, para referir-se às mulheres latino-americanas aqui estudadas, será utilizado o termo ablação (*ablación*) ou corte, pois tem conotação neutra e evita a utilização de uma terminologia que passe qualquer ideia de julgamento, tendo em vista que essas mulheres se encontram em processo de autoconhecimento e afirmação da própria identidade, como mulheres e como indígenas.

Nas sociedades que a praticam, a ablação é considerada necessária para que as meninas cresçam e se desenvolvam corretamente, além de prepará-las para a vida adulta e o casamento. É um dos ritos de iniciação da idade adulta e que liga as meninas com tradições culturais e valores familiares das gerações passadas e presentes, além de permitir a entrada no mundo secreto e íntimo das

²⁷ EL PROYECTO Embera Wera. Op. cit.

²⁸ ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina. Op.cit.

²⁹ EL PROYECTO Embera Wera. Op.cit.

³⁰ Idem.

mulheres. Por consequência, a ablação genital feminina é uma dimensão significativa de identidade de gênero das mulheres, que imprime um sentimento de orgulho e pertencimento à comunidade do qual fazem parte.³¹

Com os ritos de passagem, se marcam as distintas etapas do ciclo da vida e se reforça os saberes necessários para cada um destes momentos. Tais saberes servem para que se introduza completamente na cultura do grupo, a fim de garantir a própria subsistência e ser capaz de cumprir com as regras designadas dentro da comunidade. Os saberes são reforçados ao longo da vida durante as práticas cotidianas por meio de dispositivos através do qual se controla o comportamento dos sujeitos e se verifica se este está de acordo com o que é esperado pelo grupo.³² “A origem da mutilação na Colômbia oscila entre a história e o mito. A dúvida de que seja um costume ancestral persiste, mas a maioria das versões diz que foi algo que veio, antes ou depois, na época da colonização”.³³

Uma das versões é de que no século XVII, quando os colonos já haviam assumido o controle da maioria dos povoados indígenas, os chamis se mantiveram indomáveis. Eram um povo quase nômade que vivia da caça e da pesca, utilizavam a estrada para transportar carga entre a costa e as montanhas. Seu trajeto passava por Tadó, um pequeno povoado riquíssimo em ouro, atualmente no departamento de Chocó, onde trabalhavam centenas de escravizados africanos. Quando os indígenas e os escravos tinham “um pequeno espaço de liberdade” podiam compartilhar costumes e rituais. Esses escravos, que vinham do Mali e também estavam acostumados a que os homens passassem muito tempo fora de casa, ensinaram os embera, que chegavam a passar duas ou três semanas em caçadas a animais, perdidos na selva, a controlar a libido de suas esposas.³⁴

Raquel González HENAO explica que no processo geral da construção de identidade de gênero, a ablação se destaca como um mecanismo para garantir a maneira correta de experimentar o prazer e o desejo, a fim de resguardar o que é considerado o bom funcionamento da vida conjugal e das relações erótico-afetiva entre homens e mulheres, baseados em concepções heteronormativas e patriarcais. Este exercício de controle sobre o corpo das mulheres, não é agenciado apenas pelos homens, mas coloca-os em um lugar de poder maior, uma vez que promove uma dinâmica de desejo sexual que está sempre pronta e voltada à exigência do sexo masculino. Essa disposição não é expressa autonomamente pelas mulheres

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ MAYANS, Alba Tobella. **As mulheres que aprenderam a defender seu clitóris**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/13/internacional/1431519344_024402.html> Acesso em: 04 set. 2017.

³⁴ Idem.

pois é voltado exclusivamente para os seus parceiros românticos, não para outros homens, muito menos, a outras mulheres.³⁵

O povo emberá habita majoritariamente entre a cordilheira central e o Oceano Pacífico. Podem habitar a região do rio, da selva, do mar e da montanha. Os que habitam a região das montanhas se dividem em dois grupos, catíos e chamíes. As mulheres emberá chamí, para serem consideradas boas mulheres pela comunidade, devem ser fiéis ao marido, cuidar dos filhos e participar das atividades da comunidade sem criar problemas com os demais, falar o idioma próprio e manter e defender os costumes dos emberá. Em resumo, as mulheres devem se atentar basicamente à reprodução da cultura e o cuidado com a família.³⁶

Um dos processos de construção como mulher, é o rito denominado *ablación del clitoris* estabelecido pela cultura emberá chamí. De acordo com as mulheres embera, a ablação consiste em fazer um pequeno corte no clitoris quando se entende que este tem o tamanho maior do que o normal. O procedimento é realizado nas meninas recém nascidas entre 2 a 15 dias de vida. A maneira como as mulheres denominam essa prática pode variar, a mais frequente é *curación*, mas também se referem como *el arreglo* ou *la operación*.³⁷

A ablação, segundo as mulheres embera, é realizada por várias razões. Uma delas é o fato de que o clitoris é normal quando tem o tamanho pequeno, mas quando se sobressai, constitui um defeito de nascimento, que se não for corrigido a tempo trará graves consequências para a mulher, para a família e também para a comunidade. Existe a crença de que se o clitoris não for removido, seguirá crescendo até ficar semelhante a um pênis e isso resultará em incômodos durante a relação sexual.³⁸

Segundo dados levantados por Raquel González HENAO, para as mulheres embera as dificuldades em se manter o clitoris podem ser classificadas da seguinte maneira: estética, porque as mulheres sentem que, se o clitoris é muito grande "é feio"; social, porque as mulheres começam a desejar o prazer sexual com a mesma frequência que homens. Algumas mulheres disseram que a menina que não é "operada" pode chegar a sentir atração por outras mulheres; familiar, porque se supõe que os homens não tomam por esposa uma mulher cujo clitoris é "muito grande". Outra versão que se difundiu entre os embera, é que o corte se realizava para evitar que as mulheres sentissem prazer e se movessem durante a relação sexual, pois, pensava-se que se elas permanecessem imóveis durante o ato

³⁵ HENAO, Raquel González. **La ablación genital femenina en comunidades emberá chamí**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200006> Acesso em: 07 jul. 2017.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

estariam colaborando para que o *Karagabí*, o deus máximo dos emberá, pudesse vir ao mundo sem que se produzisse desequilíbrios.³⁹

A ablação é uma prática que só é de conhecimento das mulheres, especialmente das parteiras, pois só pode ser executado por elas. Apesar de ser uma prática cultural instalada na cultura emberá e ser considerada fundamental para o desenvolvimento das mulheres, trata-se de um procedimento totalmente secreto. Ao contrário de outros ritos de passagem onde toda a comunidade participa, no caso de *la curación*, só participam a mãe, a avó e a parteira que a realiza.⁴⁰

As parteiras são por sua sabedoria uma espécie de autoridade para os indígenas. Elas sabem o que uma mulher grávida tem de comer para que o bebê cresça saudável, qual é o processo do parto e qual de erva e remédio aplicar em cada momento, mas isso é algo que mantêm em segredo. “E sabem também que a maioria das mulheres embera chami não tem o clitóris, embora nunca o tivessem chamado assim”.⁴¹ Há casos em que nem a mãe participa do ritual por conta da recuperação pós parto. A maioria das mulheres toma conhecimento da ablação apenas no momento do nascimento de sua primeira filha. As que dão a luz apenas a filhos do sexo masculino sequer tomam conhecimento da existência da prática. Os detalhes sobre como se realiza a ablação e as explicações sobre o motivo de sua necessidade são passadas de geração em geração.⁴²

No ano de 2007, uma menina faleceu no hospital de Pueblo Rico, no departamento de Risaralda, no centro da Colômbia, onde vivem cerca de 25.000 emberas. Essa morte colocou a Colômbia e o continente americano, no mapa da mutilação genital feminina. A funcionária pública Araceli Ocampo do município de Pueblo Rico, denunciou a morte da recém nascida emberá chamí por conta de uma complicação durante o processo de clitoridectomia. O médico que atendeu a menina se deu conta de que lhe faltava o clitóris. Após isso, apareceram outras meninas mutiladas e se soube que a maioria das mulheres dessa comunidade também havia passado pelo procedimento. A notícia da existência da ablação entre os indígenas da América Latina chamou a atenção internacional para a prática.⁴³

No momento em que a notícia veio a público, alguns homens, líderes emberá chamí, alegaram não saber que isso se passava na comunidade, pois a ablação era realizada sem o seu consentimento.⁴⁴

Alberto Wazorna é embera chami e era o principal chefe dos indígenas de Risaralda em 2007, hoje é conselheiro da Organização Nacional de Indígenas da Colômbia (ONIC) alega que foram tempos difíceis no qual foram acusados de

³⁹ Idem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ MAYANS, Alba Tobella. Op.cit.

⁴² HENAO, Raquel González. Op.cit.

⁴³ MAYANS, Alba Tobella. Op.cit.

⁴⁴ HENAO, Raquel González. Op.cit.

serem "animais", selvagens, ímpios, violentos, pessoas pouco desenvolvidas. Após esse acontecimento, o Instituto Colombiano de Bem Estar Familiar (ICBF) e o Fundo de População das Nações Unidas na Colômbia (UNFPA), deram início a tarefa de diálogo com a comunidade e tentativa de transformação cultural. Foram feitas varreduras para chegar a todas as encostas da região andina, especialmente nos municípios de Pueblo Rico e Mistrató (Risaralda), onde foram constatados mais casos de mutilação.⁴⁵

Os dois órgãos realizaram oficinas e conversas com as mulheres, especialmente com as parteiras, para transmitir-lhes a preocupação e contar com o seu comprometimento em não continuar com a prática e a difundir os esforços para aboli-la. "A Organização Nacional de Indígenas da Colômbia (ONIC) calcula que houve uma redução de 80% no número de casos, mas não há como demonstrar essas cifras, já que nem antes nem agora existem registros da ablação. Todos sabem que levará gerações para mudar uma cultura de séculos".⁴⁶

O Projeto *Embera Wera* (mulher embera) iniciado em 2007 procura educar ao invés de punir, e incentiva as mulheres que para tenham um papel mais ativo e importante dentro de sua comunidade. Através de ações educativas, e reflexões sobre suas crenças e valores, estimulando assim, o empoderamento das mulheres.⁴⁷

A erradicação da prática ocorreu a partir do empoderamento das mulheres da comunidade, que se deram conta que a prática considerada cultural estava causando danos às mulheres e meninas.⁴⁸ As mulheres Embera não foram indiferentes a gravidade do assunto. Mostraram que tem o poder de se organizar e valorizar a si mesmas a partir do fortalecimento da comunidade e erradicação do que afeta a saúde e sobrevivência do seu povo e de sua cultura. As Embera Chamí, a partir de uma reflexão comunitária, conseguiram proteger e conservar os costumes positivos das comunidades locais sem ter que expor as meninas ao perigo da ablação e asseguraram que as mulheres se apropriassem dos seus direitos. Em 2015 a ablação foi incluída no Código Penal Colombiano como uma agravante no tipo penal do feminicídio.⁴⁹

⁴⁵ MAYANS, Alba Tobella. Op.cit. Alberto Wazorna conta que "quando descobriram isso em Risaralda, organizações nacionais e internacionais começaram a bombardear as organizações indígenas em Risaralda em busca de respostas. Se notava que era algo muito delicado, mas desconhecido para nós, algo novo para as comunidades indígenas desde o nível político e organizacional do Conselho Superior ou do Conselho Regional Indígena de Risaralda (RIRs) e com o que a maioria não estava de acordo."

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem. Em nível comunitário há uma penalidade de 24 horas de prisão e três anos de trabalhos forçados para as mulheres que tiverem participado de alguma maneira no procedimento de mutilação. O Projeto Embera Wera critica essa forma de penalidade, que ao invés de promover uma reflexão acaba por estigmatizar e segregar ainda mais as mulheres indígenas, e constitui, por conta do trabalho forçado, uma afronta aos direitos humanos. In: MAYANS, Alba Tobella. Op.cit.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Artículo 104A. Femicidio. [Adicionado por el artículo 2 de la ley 1761 del 6 de julio de 2015] Quien causare la muerte a una mujer, por su condición de ser mujer o por motivos de su identidad de género o en donde haya concurrido o antecedido cualquiera de las siguientes circunstancias, incurrirá en prisión de doscientos cincuenta (250) meses a quinientos (500) meses. a) Tener o haber tenido una relación familiar,

Também há registros da AGF na Amazônia Peruana pelos shipibos, consta que abandonaram a prática, mas alguns pesquisadores acreditam que em comunidades mais isoladas ainda seja praticada.⁵⁰

O povo shipibo provém da integração de três povos diferentes: os shipibos, os konibos e os shetebos. Os shipibos habitam a região do médio Ucayali, que conta com aproximadamente 79 comunidades nativas, e constituem o terceiro povo mais numeroso da Amazônia Peruana, com cerca de 30 mil membros, ficando atrás apenas dos ashaninkas e aguarunas.⁵¹ Se dedicam principalmente a agricultura. Os homens fazem a queima inicial da terra e todas as outras atividades do plantio à colheita, são desenvolvidas pelas mulheres em um esquema de ajuda mútua entre mãe, filha e irmãs, sendo a participação dos homens quase mínima.⁵²

Há aproximadamente 40 anos se realizava a mutilação genital feminina durante uma festa tradicional shipiba denominada *ani sheati*. Essa festa incluía vários componentes e ritos que afirmavam as alianças entre as famílias. É o principal ritual de passagem para quando as meninas atingem a idade adulta, que é identificada pela chegada da primeira menstruação, que atesta que a jovem indígena está preparada para ser mãe. “A função de um rito de passagem é marcar

íntima o de convivencia con la víctima, de amistad, de compañerismo o de trabajo y ser perpetrador de un ciclo de violencia física, sexual, psicológica o patrimonial que antecedió el crimen contra ella. b) Ejercer sobre el cuerpo y la vida de la mujer actos de instrumentalización de género o sexual o acciones de opresión y dominio sobre sus decisiones vitales y su sexualidad. c) Cometer el delito en aprovechamiento de las relaciones de poder ejercidas sobre la mujer, expresado en la jerarquización personal, económica, sexual, militar, política o sociocultural. d) Cometer el delito para generar terror o humillación a quien se considere enemigo. e) Que existan antecedentes o indicios de cualquier tipo de violencia o amenaza en el ámbito doméstico, familiar, laboral o escolar por parte del sujeto activo em contra de la víctima o de violencia de género cometida por el autor contra la víctima, independientemente de que hecho haya sido denunciado o no. f) Que la víctima haya sido incomunicada o privada de su libertad de locomoción, cualquiera que sea el tiempo previo a la muerte de aquella. Artículo 104B. Circunstancias de agravación punitiva del feminicidio. [Adicionado por el artículo 3 de la ley 1761 del 6 de julio de 2015] La pena será de quinientos (500) meses a seiscientos (600) meses de prisión, si el feminicidio se cometiere: a) Cuando el autor tenga la calidad de servidor público y desarrolle la conducta punible aprovechándose de esta calidad. b) Cuando la conducta punible se cometiere en mujer menor de dieciocho (18) años o mayor de sesenta (60) o mujer en estado de embarazo. c) Cuando la conducta se cometiere con el concurso de otra u otras personas. d) Cuando se cometiere en una mujer en situación de discapacidad física, psíquica o sensorial o desplazamiento forzado, condición socioeconómica, por prejuicios relacionados con la condición étnica o la orientación sexual. e) Cuando la conducta punible fuere cometida en presencia de cualquier persona que integre la unidad doméstica de la víctima. f) Cuando se cometa el delito con posterioridad a una agresión sexual, a la **realización de ritos de mutilación genital** o de cualquier otro tipo de agresión o sufrimiento físico o psicológico. g) Por medio de las circunstancias de agravación punitiva descritas en los artículos 1, 3, 5, 6, 7 y 8 del artículo 104 de este Código. (grifo nosso) In: COLÔMBIA. Lei 599 de 24 de julho de 2000. Disponível em: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/legislacion/1_20160208_02.pdf> Acesso em: 20 ago. 2017.

⁵⁰ **POR QUE mutilam o clitóris?**. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/historia/por-que-mutilam-o-clitoris>> Acesso em: 20 jan. 2017.

⁵¹ OLIVEROS, Nila Vigil. **Shipias em um rio sin canoas**. Disponível em: < https://www.academia.edu/5972684/SHIPIBAS_EN_UN_R%C3%8DO_SIN_CANOAS > Acesso em: 20 jan. 2017.

⁵² Idem.

as mudanças na vida humana. Essas mudanças não passam despercebidas e a comunidade a qual pertence o indivíduo as celebra através de rituais religiosos”.⁵³

A festividade do *Anishati* ou *Ani Sheati* é um ritual de puberdade na qual acontece a remoção do clitóris das jovens com uma faca de bambu para que elas possam ficar aptas ao casamento, pois, para as mulheres Shipibo ter um clitóris era considerado um motivo de vergonha.⁵⁴ O procedimento era executado pelas anciãs e justificava-se também por razões de ordem estética e relacionadas com o casamento e fidelidade, pois, acreditava-se que o corte regulava o impulso sexual das mulheres, tornando-as assim, melhores esposas.⁵⁵ Tal qual o caso colombiano, as justificativas para a prática são as mais diversas: para que a mulher engorde, para tirar o mau cheiro, para evitar que cresça um pênis ali, que a “verdadeira mulher” não tem, que é o costume. O corte é, além de uma obrigação, um ato de cidadania, a mulher que não extirpasse o clitóris não arrumaria marido.⁵⁶

Meses antes do ritual as roças de cana e banana eram cultivadas, panelas e vasos de cerâmica eram fabricados, animais eram capturados e criados para serem sacrificados para o consumo no dia da festa.⁵⁷ É um rito de transição, onde a jovem entra com um status a sai com outro, apta para o matrimônio. O procedimento que é realizado após a primeira menstruação desenvolve-se da seguinte forma:

durante um ano, a família da jovem planta mandioca e cria animais. Quando chega o anissehati – a grande festa que dura uma semana – os animais são sacrificados e a mandioca é fermentada para virar masato, uma bebida alcoólica. No último dia, a jovem permanece entre duas mulheres, que a seguram, indo e voltando para o centro da roda, onde todos dançam. Lá, ela bebe o masato. Quando a jovem está embriagada a ponto de perder os sentidos, algumas mulheres a tiram do grupo e a levam a uma casa. A especialista no corte amarra uma faixa apertada em volta da cintura da noiva. Com uma faquinha ela desfere o golpe fatal. O clitóris e pedaços de cabelo são escondidos, objetos de tabu. Uma argila é aplicada para que o local não feche e uma corda feita de uma árvore é amarrada em volta da cintura – e retirada apenas um mês depois.⁵⁸

⁵³ VASSOLER, Odair José Petri. **As cariátides tapajônicas**: propostas hermenêuticas. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/primeiraversao/article/view/500>> Acesso em: 20 jan. 2017.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ OLIVEROS, Nila Vigil. Op.cit.

⁵⁶ **POR QUE mutilam o clitóris?**. Op.cit.

⁵⁷ VASSOLER, Odair José Petri. Op.cit.

⁵⁸ **POR QUE mutilam o clitóris?**. Op.cit.

Os shipibos são matrilocais e praticam a poliginia sororal,⁵⁹ há ligação entre a ameaça para a estabilidade da situação dos cônjuges em uma sociedade matrilocal e a prática tradicional de cliterectomia, porque a infidelidade das mulheres se tornaria uma ameaça para a situação do marido, tendo em vista que este vive na casa da sua esposa e da sogra.⁶⁰ O desejo de se casar está muitas vezes associado à necessidade dessas mulheres, pois acaba sendo essencial para a segurança econômica e social, bem como o cumprimento dos ideais de feminilidade e estereótipos culturais. Outra razão apontada é que ajuda a preservar a virgindade das jovens e controlar o comportamento sexual desviante, trata-se de uma “castração simbólica para dominar as mulheres e uma forma de retirar seu apetite sexual, diminuindo assim as relações extramatrimoniais”.⁶¹

Na Colômbia, a *curación* (a cura) tem a função de pôr a mulher em uma posição tal que não possa cometer infrações ou infidelidade, para que não se torne uma “*brincona*” (termo pejorativo para mulher considerada vulgar) como elas mesmas denominam. A ablação tem, portanto, a função de “curá-las”.⁶²

O que se percebe, em ambos os casos, tanto na Colômbia como no Peru, é que a AGF é uma manifestação de desigualdade de gênero enraizada na estrutura política, econômica e cultural das sociedades em que é praticada. Representa uma forma de controle social sobre as mulheres, a sua sexualidade e seu papel na sociedade, e que tem o efeito de perpetuar papéis de gênero que a subordinam e lhe impedem de exercer os seus direitos e o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.⁶³

Há uma clara ligação entre a AGF e a necessidade de subsistência da mulher (relacionada ao casamento), a cidadania e pertencimento ao grupo, contudo, deve-se ressaltar que essa visão, sobre o entendimento de subordinação dessas mulheres, é uma visão ocidental, e, portanto, seria necessário um estudo mais apurado sobre como essas mulheres vêm a si próprias dentro do seu grupo, para ter um contraponto baseado na alteridade e no respeito a cultura em questão.

Em muitas comunidades, as mulheres mais velhas que foram submetidas à ablação, tendem a se opor a qualquer mudança, pois, entendem que qualquer ação dirigida à eliminação da AGF constitui um ataque e uma afronta à sua identidade e sua cultura. Por esse motivo, muitos autores observam o importante papel desses atores no processo de mudança cultural. Deve-se ter em mente que a não conformidade com a prática estigmatiza e isola meninas e suas famílias,

⁵⁹ Matrilocal é um tipo matrimonial onde o marido é obrigado a morar com a família da esposa. A poliginia sororal é uma prática social ou regime matrimonial no qual um homem pode casar-se com duas ou mais mulheres que sejam irmãs entre si.

⁶⁰ OLIVEROS, Nila Vigil. Op.cit.

⁶¹ **POR que mutilam o clitóris?** Op.cit. E de fato, no que diz respeito à virgindade, no caso do corte de tipo III (mais utilizado na África), é fisicamente mais difícil que as mulheres mantenham relações sexuais antes do casamento, pois, se requer um procedimento doloroso, necessário para reabrir a vagina e permitir que a relação sexual. In: **EL PROYECTO Embera Wera**. Op.cit.

⁶² MAYANS, Alba Tobella. Op.cit.

⁶³ **EL PROYECTO Embera Wera**. Op.cit.

afetando o seu estatuto social, essa resistência em submeter as meninas à prática, em alguns casos, acaba não sendo bem vista pela comunidade.⁶⁴

Na medida em que a AGF é uma convenção social que é valorizada e transmitida ao longo de gerações, tende a se perpetuar por pressão dos pares. Embora as famílias estejam cientes sobre o dano que a prática pode ter sobre suas filhas, a percepção social é de que dos benefícios são maiores do que as desvantagens. Por esta razão, a erradicação da prática deve ser uma decisão coletiva de caráter comunitário, pois, para as famílias é muito difícil submeter-se a rejeição e ostracismo social.⁶⁵ E no processo de tomada de decisão, como relatado na experiência da Colômbia, as transformações culturais ocorridas levaram em conta a participação das mulheres, que desempenham um papel fundamental na mudança.

As ações e programas para a erradicação, devem se propor a fazer isso através de ações educativas que promovam a reflexão sobre valores e crenças, que devem ser tratadas com sensibilidade cultural e embasadas em diálogos interculturais, pois, a transformação de uma prática sociocultural tem que ter como objeto de análise a cultura, frente as quais as intervenções devem ser respeitadas para com as mulheres da comunidade.

A cultura não é apenas uma categoria transversal nas ciências sociais de enorme riqueza e complexidade, mas é também um aspecto central do desenvolvimento em um mundo multicultural, bem como um direito. A promoção do desenvolvimento humano com pleno respeito pelos direitos humanos não só reconhece que o desenvolvimento cultural é um direito, mas depende de um conhecimento sério e respeitoso das culturas. As várias produções simbólicas (idiomas, saberes, significados, crenças, valores, imaginário), costumes, práticas, convenções sociais, normas e as atitudes próprias das culturas são tão variadas como dinâmicas, por isso é perigoso cair em generalizações e simplificações, assim como julgar uma cultura com base nas normas e valores de outra cultura.⁶⁶

As relações históricas entre culturas tem sido de desconhecimento e dominação do outro, tanto no interior delas mesmas quanto na interação com as demais, até o ponto em que a afirmação da ideia de superioridade de uma cultura legitimou a extinção física e cultural de outras. No caso das culturas indígenas da América Latina o início da relação com os europeus se caracterizou pela opressão e exploração e seus resquícios ainda estão presentes em nossa época. Essa relação foi seguida pela miscigenação, em alguns casos forçada, que resultou tanto em situações de segregação das culturas indígenas, como o abandono e esquecimento.⁶⁷

As culturas não são estáticas, se enriquecem e se dinamizam a partir da interação e diálogo com outras, e para isso, deve-se observar o papel importante dos

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

próprios atores nos processos de mudança cultural.⁶⁸ E como já demonstrado, por meio do caso colombiano, a mudança é possível, a partir da própria comunidade, como protagonista dessas mudanças.

4. Considerações finais

A mutilação genital feminina é uma prática cultural que está diretamente ligada as questões de gênero. Serve como instrumento de controle da sexualidade feminina, aquisição da cidadania, pertencimento social, rito de passagem para a idade adulta, casamento e questões de subsistência. Divide-se em quatro modalidades de acordo com a Organização Mundial de Saúde. O procedimento coloca em risco a vida e a saúde das mulheres e meninas. Viola direitos individuais, sociais e coletivos, além de ser um obstáculo para a paz e desenvolvimento dos seres humanos.

Na América Latina, foi registrada em comunidades indígenas do Peru e da Colômbia. Em ambos os casos, consta que a prática foi abolida. No Peru não se sabe ao certo quando e em que circunstâncias. Na Colômbia, após a morte de uma recém-nascida houve a intervenção de organizações de defesa dos direitos humanos que acabou influenciando as mulheres da comunidade para o abandono da prática. O objetivo do trabalho era descrever a prática da mutilação genital feminina, em especial na América Latina, e seus aspectos gerais, como a prevalência, especificidades no procedimento e implicações físicas e psicológicas.

No caso América Latina, analisamos dois grupos étnicos específicos do Peru e da Colômbia, que são, até o presente momento, os dois únicos casos documentados no continente. Há diferenças no procedimento adotado por cada grupo. No Peru o corte é realizado na puberdade e na presença de toda a comunidade, enquanto na Colômbia é um ritual secreto realizado nas meninas recém-nascidas. As justificativas, contudo, não divergem muito de um grupo para outro. Está sempre associada ao controle da sexualidade feminina, matrimônio e estética.

No caso colombiano o que chama a atenção é o poder de articulação e organização das mulheres indígenas para a erradicação da prática. As práticas culturais podem configurar violação aos direitos humanos quando passam a trazer consequências negativas a comunidade, tanto a nível individual como a nível coletivo. A cultura dos povos deve ser respeitada, mas no momento em que consistir em violação aos direitos deve ocorrer a intervenção da comunidade internacional, mas sempre de forma respeitosa e com um olhar de alteridade, como ocorreu com os Embera Chamí.

⁶⁸ Idem.

O caso das mulheres Embera ilustra a possibilidade de abolir as violações de direitos humanos a partir do núcleo da própria comunidade. A ideia central deve ser a da horizontalidade, surgindo de baixo para cima e ouvindo primeiro as mulheres provenientes destes grupos. É preciso verificar as necessidades reais dos indivíduos, buscar o que faz sentido para a comunidade e não querer impor categorias que nem sempre estão baseadas na alteridade e na realidade dos sujeitos em questão. A intervenção deve gerar liberdade e não dependência. As pessoas libertam-se entre si, através do diálogo em nível de igualdade.

A partir de um olhar feminista, é perceptível o poder e a capacidade das mulheres em se organizar e apodera-se de seus direitos e afirmá-los em contextos que se mostravam hostis as mulheres.

Referências

ALI, Ayaan Hirsi. **Infiel**: a mulher que desafiou o Islã. Disponível em: <<https://sociologianet.files.wordpress.com/2011/01/infiel.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2017.

COLÔMBIA. Lei 599 de 24 de julho de 2000. Disponível em: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/legislacion/1_20160208_02.pdf> Acesso em: 20 ago. 2017.

Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm> Acesso em: 20 jul. 2017.

EL PROYECTO Embera Wera: una experiencia de cambio cultural para la eliminación de la ablación genital femenina y la promoción de los derechos de mujeres Embera de los municipios de Mistrató y Pueblo Rico del departamento de Risaralda. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/EGM12_joint_project.pdf> Acesso em: 11 abr. 2017.

ELIMINAÇÃO da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/publications/mutilacao.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2017.

FIM à Mutilação Genital Feminina: uma estratégia para as instituições da União Europeia. Disponível em: <http://www.endfgm.eu/content/assets/ENDFGM_summary_PORTUGUESE.pdf> Acesso em: 07 mar. 2017.

HENAO, Raquel González. **La ablación genital femenina en comunidades emberá chamí.** Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200006> Acesso em: 07 jul. 2017.

KOITA, Khady. **Mutilada.** Disponível em: <
<https://topicosorientemedio.files.wordpress.com/2011/05/khady-mutilada-pdfrev.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2017.

MAYANS, Alba Tobella. **As mulheres que aprenderam a defender seu clitóris.** Disponível em: <
http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/13/internacional/1431519344_024402.html> Acesso em: 04 set. 2017.

MUTILAÇÃO Genital Feminina - Perguntas Frequentes. Disponível em: <
http://www.amnistiainternacional.pt/index.php?option=com_content&id=48:mutilacao-genital-feminina-perguntasfrequentes&Itemid=73> Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVEROS, Nila Vigil. **Shipias em um rio sin canoas.** Disponível em: <
https://www.academia.edu/5972684/SHIPIBAS_EN_UN_R%C3%8DO_SIN_CANOAS> Acesso em: 20 jan. 2017.

POR QUE mutilam o clitóris?. Disponível em: <
<http://super.abril.com.br/historia/por-que-mutilam-o-clitoris>> Acesso em: 20 jan. 2017.

SOW, Fatou. **As mutilações genitais femininas: estado atual na África.** Disponível em: <
<http://www.labrys.net.br/labrys5/textoscondensados/sowbr.htm>> Acesso em: 15 abr. 2017.

TOMAZONI, *Larissa Ribeiro*; GOMES, *Eduardo Biacchi*. **Afirmção histórica dos direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas.** Disponível em: <
<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/847>> Acesso em: 16 jul. 2017.

United Nations Children's Fund. **Novo relatório estatístico sobre mutilação genital feminina revela que a prática nefasta é uma preocupação à escala global- UNICEF.** Disponível em: <
https://www.unicef.pt/18/site_pr_unicef-mgf_e_uma_preocupacao_a_escala_global_2016-2-4.pdf> Acesso em: 20 abr. 2017.

VASSOLER, Odair José Petri. **As cariátides tapajônicas: propostas hermenêuticas.** Disponível em: <
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/primeiraversao/article/view/500>> Acesso em: 20 jan. 2017.